

Sérgio Buarque de Holanda,
falecido em abril último, completaria
hoje seu 80º aniversário.
Neste artigo, a professora Suely Robles
Reis de Queiroz presta
homenagem à memória do autor de "Raízes do
Brasil", salientando seu papel como

Professor e historiador

Há poucos dias, neste mesmo Suplemento, Francisco Iglésias evocava Sérgio Buarque de Holanda, destacando o relevante papel que este desempenhou na historiografia brasileira.

Em dado momento supõe que o magistério e a Universidade tenham sido acidentais em sua vida. Não foram, e neste ponto é preciso discordar do competente historiador mineiro.

A atividade docente foi uma constante na rica existência do mestre de **Raízes do Brasil**. Em meio ao labor jornalístico, à excitação das polêmicas suscitadas pela crítica literária, à atuação em órgãos públicos, reservou sempre um lugar para o magistério. Tanto é assim que, já na década de 30, ensinava História da América e Cultura luso-brasileira na Universidade do então Distrito Federal.

Não pararia aí. Em 1948 encontra-lo na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e, poucos anos depois, na Universidade de Roma, convidado que fora para ali ministrar a recém-criada disciplina de Estudos Brasileiros. Ficou na Itália por alguns anos, partilhando também com seus alunos estrangeiros o lastro de uma cultura favorecida por prodigiosa memória e pela intensa curiosidade intelectual — presente até os seus últimos dias — que o fazia um leitor insaciável e o erudito reconhecido pela unanimidade de seus pares.

Assim, quando ingressou na Universidade de São Paulo, apenas retomou um convívio com os jovens que se interrompera por algum tempo. Gostava disso. É verdade que, avesso a grandiloquências, abominava discursos derramados sobre a missão do professor, a nobre função de ensinar e o mais... No entanto, dava-lhes grande importância e isso fica bem claro no depoimento concedido a Richard Graham para o número de fevereiro deste ano da **Hispanic American Historical Review**: inquirido sobre qual teria sido a sua maior satisfação como historiador, respondeu que fora a de também ter formado historiadores.

Essa gentileza para com seus ex-alunos, mas sempre discípulos, que depois se dedicaram à pesquisa histórica, revela o lugar que o magistério e a Universidade ocuparam em seu coração.

Num outro momento, Iglésias refere-se à última grande obra de Sérgio Buarque — **Do Império à República** — editada em 1972. Sobre "um livro de tal altitude, como só se publica a longos intervalos", pouco se falou, quando "textos insignificantes de autores em

voga ou com controle de jornais e revistas publicam um chorrilho de artigos".

Nada mais oportuno e procedente que este comentário. Realmente, o livro merece uma análise de porte que, todavia, não cabe nos limites destas linhas ou da capacidade de quem as escreve. Mas caberão, certamente, considerações ligeiras, quando menos para espicaçar a curiosidade do leitor sobre um trabalho que reafirma as qualidades do grande historiador, tanto na pesquisa quanto na interpretação.

Pensado inicialmente como um artigo, sob a pena fluente e o conhecimento vasto transformou-se nas 435 páginas que compõem o 7º volume da História Geral da Civilização Brasileira, coleção também projetada e coordenada pelo autor.

O passado interpretado com estilo

Analisando o período compreendido entre 1868 — queda do gabinete Zacarias — e a deposição de Pedro II, a fase, portanto, de crise da instituição monárquica, é um livro essencialmente de história política. Não esquece, contudo, as forças econômico-sociais, cujas aspirações se resolvem ou frustram-se nos embates políticos...

Vazado no incomparável estilo de Sérgio, com itens e subitens encimados por títulos de grande força literária — que nisto também ele era insuperável —, lá se encontram atraentes e fundamentadas interpretações sobre as muitas questões abordadas pela historiografia do período.

Uma delas é a que se refere à exaltação do Segundo Reinado e à "imagem real de civilização emanada do trono". A implantação do parlamentarismo, a presença de um imperador pouco afeito à lisônja, capaz de permitir toda sorte de ataques sem retaliações, que procurou até mesmo chamar a si alguns de seus maiores detratores, conduziram à idéia de uma verdadeira "democracia coroada", título, aliás, de um dos livros do mineiro João Camilo de Oliveira Torres.

No entanto, "por maior que seja a tentação de pretender reduzir a influência que durante longos anos exerceu um só homem sobre o curso de nossa história, força é confessar que, dada a soma considerável de poderes que enfeixava, e que ninguém mais tinha no mesmo grau, não pode ela ser subestimada e muito

menos silenciada" (p.19/20). O Imperador jamais deixará de ser "o rei que governa" e o regime representativo, uma instituição do país formal.

São curiosas as ilações que se podem tirar de tal afirmação e de outras que, no fundo, encerram uma constatação pessimista mas plenamente confirmada pela realidade brasileira das duas últimas décadas, por exemplo: a de que a evolução do processo histórico no país não compreende necessariamente um aperfeiçoamento das instituições, caminhando muitas vezes no sentido inverso.

O exemplo é visto no Império, quando a eleição direta é proposta pelo Conselheiro Saraiva. Se num primeiro exame, a medida aprovada em 9 de janeiro de 1881 pareceria menos elitista que a elaborada prática eleitoral anterior, o autor do projeto, ao insistir na prova de renda, declara-se contrário ao sufrágio universal, "pois este importaria no predomínio das classes baixas e miseráveis sobre outras que, dispondo de haveres e ilustrações, pareciam mais naturalmente interessadas na manutenção da ordem, na preservação da franquia pública e no bom funcionamento das instituições" (p.242).

Por tudo isso, pode Sérgio Buarque afirmar que a participação popular, ao invés de ampliar-se, rarefazia-se cada vez mais. Significativamente, às vésperas da proclamação da República, estimava-se que o número de eleitores no País somava 200 mil aproximadamente, ou seja, 1,5% da população — um dos menores eleitorados conhecidos; "a situação não mudará apreciavelmente nos 40 anos que se seguiram à queda do regime" (p.242).

Domínio do instrumental moderno

Outro instante a ser ressaltado é o da arguta e rica análise do manifesto republicano de 1870. Lançado numa época em que muitos ainda viam a monarquia como uma instituição estabilizadora, na qual avultava a figura do Imperador, a quem se devia devoção e respeito, pode-se imaginar que o documento expresse uma atitude radical, de rompimento com a ordem estabelecida.

No entanto, o autor aponta o seu caráter anti-revolucionário e contemporizador. Paradoxais, os republicanos históricos temem as mudanças quando dizem: — "Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses

de nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos". O pacifismo e a contemporização ainda são visíveis em 1879, nas palavras de Saldanha Marinho, o primeiro signatário do Manifesto: — "Os republicanos do Brasil têm sobremodo assentado o seu plano em uma base que é a revolução pacífica, a revolução da idéia; calmos e tranqüilos, aguardam firmes o futuro" (p.256). No fundo, ainda se guiam pela velha opção liberal, resumida no dito: — "Cumpra que a reforma se faça para que a revolução não venha".

Dessa forma, a transigência é uma novidade na evolução da idéia republicana, já que esta, tradicionalmente, "tinha sido inseparável, no país, e desde antes da Independência, de manifestações explosivas contra o poder constituído" (p.261).

Novidade também o seu aparecimento na Corte, quando antes, sempre tivera cunho regional e "se pretendesse abarcar o País inteiro, deveria fazê-lo partindo da periferia para o centro". Agora, ela surge no núcleo do poder, "de onde irão irradiar-se, não apenas os seus princípios, mas ainda as normas de ação comum, para as diferentes províncias" (p.261).

À idéia de república, o Manifesto alia a de federação que "podia nascer até de um comportamento arcaico e nitidamente contra-revolucionário, o de devoção às 'pátrias pequenas' em prejuízo, se preciso, da pátria maior. Ora, tal devoção condiz com aquelas liberdades locais, ou tiranias locais, contra as quais se ergueram, para desbaratá-las, as forças revolucionárias, quando hastearam a bandeira da nação una e indivisível" (p.268).

Muito mais se poderia dizer. Contudo, é bom repeti-lo, os limites destas linhas negam espaço à opinião do autor, por exemplo, sobre uma história incruenta, ou a oposição entre militares e civis, ou ainda o temor do militarismo no final do século passado...

Em seminário realizado há poucos anos atrás na Universidade de São Paulo, Francisco Iglésias dizia que o verdadeiro historiador seria aquele que revelasse pleno domínio do instrumental mais moderno e aperfeiçoado para a investigação social, combinando pesquisa e elaboração, "incorporando quanto vem sendo renovado, em convívio com outros que se preocupam com a mesma realidade".

Neste livro, como nos demais, Sérgio Buarque de Holanda é tudo isso.